

Audiência Pública para apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança/EIV, da Empresa CPA – Armazéns Gerais Ltda – Paranaguá/Paraná - em 27/07/2016 – na ACIAP.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, boa noite! Estamos dando início, neste momento, à Audiência Pública de apresentação do EIV, Estudo de Impacto de Vizinhança da empresa CPA Armazéns Gerais. Dando prosseguimento a este ato solene, vamos compor a Mesa. Gostaríamos de chamar o senhor Marcos Furuzawa, Secretário Municipal de Urbanismo, que neste ato representa o senhor Prefeito Municipal de Paranaguá, Edison de Oliveira Kersten. Chamamos ainda o senhor Tércio Souza de Assis, Diretor da CPA Armazéns Gerais. Chamamos a senhora Secretária de Meio Ambiente do Município de Paranaguá, Adriana Albini, para compor a Mesa. Por fim, chamamos a senhora Debora, ela é Tenente do Corpo de Bombeiros.

Convidamos a todos que tomem seus assentos à Mesa e convidamos também o senhor Marcos Furuzawa, que é Secretário Municipal de Urbanismo e, como já dito, anteriormente, representa o senhor Prefeito Municipal de Paranaguá, Edison de Oliveira Kersten, para que faça a abertura desta apresentação do EIV, Estudo de Impacto de Vizinhança da CPA Armazéns Gerais.

SR. SECRETÁRIO MARCOS FURUZAWA: Declaro aberta esta Sessão de Audiência Pública da empresa CPA Armazéns Gerais.

Dando prosseguimento a esta solenidade, chamamos agora os representantes que vão apresentar o Estudo de Impacto de Vizinhança, o EIV, propriamente dito, da CPA Armazéns Gerais LTDA, para que componham a Mesa.

SR. CESAR LOURENÇO SOARES NETO (CPA): Muito boa a noite a todos, boa noite a todas as autoridades presentes, fiquem à vontade, se estiver desconfortável de ficar olhando para o lado e quiserem se posicionar em algum outro assento. Boa noite a todos os presentes. É uma satisfação, em nome da CPA, tê-los aqui. A CPA, como todos sabem, é uma empresa que está há alguns anos em Paranaguá, é uma empresa que tem na sua essência, base, que move todo o Paraná e o Brasil, que é a produção agrícola. É uma empresa que nasceu na inspiração dos produtores de cana-de-açúcar,

dos donos das usinas de cana-de-açúcar, e também acompanhando a evolução de todo o setor sucroalcooleiro do Estado do Paraná.

Então, é um prazer tê-los aqui e esta Audiência Pública terá uma dinâmica, qual será a dinâmica? Vou fazer uma breve apresentação da empresa, a localização, posteriormente o Assis vai fazer a apresentação técnica do Estudo de Impacto de Vizinhança. Após o Assis terminar a sua apresentação, vamos dar um intervalo, esse intervalo tem uma função principal que é para que os senhores e senhoras possam se inscrever, teremos uma série de pessoas que estarão com as fichas de inscrição para que sejam feitas as perguntas, por escrito. Quem preferir fazer a sua pergunta oralmente inscreve o nome em uma ficha que o pessoal que está auxiliando a empresa nesta Audiência Pública estará portando e teremos um tempo para um coffee break, ali embaixo. E, em seguida retornamos para que possamos responder as perguntas, responder aos questionamentos, tanto aqueles feitos de maneira escrita quanto aos que tiverem interesse em fazer as perguntas oralmente. Primeiro nós responderemos as perguntas por escrito e, por último, abriremos a palavra a todos. Existindo algum questionamento que os senhores entendam que precisaria de alguma explicação a mais e, assim por diante, da mesma forma os senhores podem fazê-lo que o corpo técnico irá responder e encaminhar à Prefeitura e a Prefeitura fará chegar às mãos dos senhores e senhoras essa resposta. Correto? Então, é importante que tenhamos claro que esta Audiência Pública faz parte do Estudo de Impacto de Vizinhança. Esse Estudo de Impacto de Vizinhança é oriundo de um termo de acordo celebrado pela própria empresa junto com o Ministério Público em uma ação que tramita na Justiça Federal. A empresa acordou com o Ministério Público que faria o Estudo de Impacto de Vizinhança seguindo o Termo de Referência apresentado pelo Município e seguindo todos as regras que o Município define como necessárias através de toda normatização que já existe dentro do Município.

O empreendimento, como a maior parte dos senhores e senhoras sabem, ele se encontra dentro da Zona de Interesse Portuária e ela integra, essa Zona de Interesse Portuário, ela integra o macrozoneamento urbano do Município de Paranaguá. Mais precisamente, todos aqui acho que têm uma boa noção, o empreendimento da CPA é esse empreendimento aqui (Mostra imagem no telão). Tem a sua entrada aqui pela

rua Francisco Machado e ele tem a frente, aqui, para Coronel Santa Rita. Esse é o empreendimento ao qual estamos falando hoje nesta Audiência Pública. Veja, estamos tratando de um Estudo de Impacto de Vizinhança que foi denominado na Audiência Corretivo, ou seja, esse empreendimento já existe, ele está instalado, está operando. E, nesse termo de acordo firmado nessa Ação Civil Pública junto com o Ministério Público, seguiu-se pela realização de Estudo de Impacto de Vizinhança Corretivo. Normalmente o Estudo de Impacto de Vizinhança é feito antes da implantação do empreendimento. Nesse caso, específico, estamos tratando de um Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento já existente. Na época da implantação do empreendimento foram solicitados outros estudos e foram apresentados e a empresa teve a sua aprovação inicial.

Esse empreendimento como vimos, ali, é composto de nove tanques. Aqui verificamos tem oito tanques, tem um tanque menor ali e tem um tanque de água aqui. Então ele é composto de nove tanques para receber os granéis líquidos e um tanque que, na verdade, é um reservatório de água para combate a incêndio. Todos esses tanques foram construídos seguindo rigorosamente as normas que são definidas para a construção desse tipo de empreendimento que trabalha com granéis líquidos. As instalações contam com estruturas administrativas, se nós voltarmos aqui, novamente, vamos verificar que aqui temos uma parte das estruturas administrativas, ela conta com toda a infraestrutura necessária para a operação, ou seja, os tanques, os dutos, também as estruturas de abastecimento dos veículos para o trem, para os caminhões e também aquelas necessárias ao combate a incêndio. Mais à frente, quando o Assis estiver tratando especificamente do empreendimento em si, ele vai demonstrar toda a preocupação que existe em relação às estruturas de combate a incêndio. Preocupação essa que também faz parte de uma obrigação da empresa, porque são definidas por uma norma específica que também o Corpo de Bombeiros tem a sua exigência e segue parte de uma norma que é uma NBR, dentro da sua norma específica, dentro do Corpo de Bombeiros.

Esse terminal de líquidos foi uma grande conquista do setor sucroalcooleiro. Nós sabemos que, historicamente, o setor sucroalcooleiro, quando voltamos lá, na minha época era primário, hoje em dia é Ensino Fundamental, alguma coisa assim,

começamos lá a estudar História do Brasil e, assim por diante, e voltamos lá justamente aos moinhos, moinhos de cana e assim por diante. Então o setor sucroalcooleiro é um setor que tem um histórico enraizado dentro do nosso país, especificamente dentro do Paraná ele é um setor que tem um desenvolvimento muito grande e que, ao longo dos anos, vem se modernizando, acompanhando toda uma gama de evolução normativa que passou a uma série de exigências em relação tanto à área de plantio quanto à área de produção do álcool, do açúcar, quanto à questão de armazenamento para importação ou exportação. Hoje os beneficiários não estão restritos somente ao setor sucroalcooleiro, hoje os beneficiários desse terminal de graneis líquidos da CPA, eles, na verdade, podemos dizer que temos uma demanda gigantesca de necessidade de graneis líquidos, tanto do nosso país quanto no mundo, graneis líquidos em geral. E, então, aquele anseio inicial do setor sucroalcooleiro de ter um terminal para exportar álcool, se tornou algo muito maior devido exatamente à necessidade mundial em relação aos graneis líquidos. Sabemos que o nosso país tem a vanguarda no desenvolvimento de alguns combustíveis e isso passa pelo setor sucroalcooleiro também. Esse Estudo realizado, o Estudo de Impacto de Vizinhança, seguiu o Termo de Referência emitido pelo Município de Paranaguá, devo dizer a vocês que o Município de Paranaguá, e nós temos atividade no Paraná inteiro e fora do Paraná, também, é um dos Municípios que mais exige em relação à análise ao que deve ser mostrado no Estudo de Impacto de Vizinhança. O Estudo de Impacto de Vizinhança é algo relativamente novo, vocês devem ter ouvido muitas vezes falar em Estudo de Impacto Ambiental, o Estudo de Impacto de Vizinhança tem uma finalidade um pouco diversa do de Estudo de Impacto Ambiental. Mas, a exigência do Município de Paranaguá, corretamente, a preocupação é tão grande, a exigência é tamanha que nós quase podemos dizer que o EIV contempla também boa parte do que é necessário para um Estudo de Impacto Ambiental. Além de toda a análise da interferência em relação ao Impacto da Vizinhança propriamente dita.

Depois da reformulação da Constituição de 1988, tivemos aí um avanço significativo em relação à preservação de uma série de direitos e na análise de uma série de direitos, dentre eles nós enquadrámos aí o Estudo de Impacto de Vizinhança. Estamos falando de uma área nova que há muito tempo atrás você não tinha uma

normatização específica e que, principalmente, depois da Constituição de 88, recebeu uma grande importância e Paranaguá, não de agora, há muito já tem uma exigência muito grande em relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança. Então esse Estudo de Impacto de Vizinhança pede para que o empreendedor que tem interesse em instalar o seu empreendimento ou, neste caso específico, o empreendedor que deve realizar um Estudo de Impacto de Vizinhança do empreendimento que já estava instalado antes mesmo dessa exigência normativa, que ele faça a análise em relação a alguns aspectos, alguns meios que o Assis vai precisamente detalhar. E nós temos que definir a Área Diretamente Afetada pelo empreendimento, a Área Indiretamente Afetada pelo empreendimento e a Área de Influência Indireta do empreendimento. Cada meio. E vocês vão verificar que, após o intervalo, para a inscrição para as perguntas e o coffee break, vai ter uma equipe numerosa de pessoas aqui, justamente são pessoas que auxiliaram na elaboração do Estudo e são responsáveis por uma parte deste Estudo e eles estarão prontos para auxiliar nas respostas em relação aos seus questionamentos. Então o que é a Área Diretamente Afetada? É a Área que sofre diretamente as intervenções da implantação ou da operação do empreendimento. De maneira simples digo, para vocês, bem singela, que a Área Diretamente Afetada seria a Área abrangida pelo empreendimento em si (Mostra no telão). Essa seria a Área Diretamente Afetada. A Área de Influência Direta é a Área que sofre os impactos da implantação ou operação e cada Área delimita sua Área de Influência Direta. Temos, aqui, o Meio Socioeconômico, temos o Sistema Viário, temos o Meio Físico, ou seja, cada Área delimitou sua Área de Influência Direta em relação a esse empreendimento em específico. Não existe uma Área de Influência Direta igual para todos os empreendimentos. Cada empreendimento vai apresentar sua Área de Influência Direta, a sua Área Diretamente Afetada e a Área de Influência Indireta. A Área de Influência Indireta é aquela que real ou, potencialmente, ou seja, não obrigatoriamente ou, potencialmente, está sujeita, não que ela sofre, ela está sujeita aos impactos indiretos, não diretos, da implantação e operação do empreendimento, abrangendo aí todos os ecossistemas, sistemas socioeconômicos que podem ser impactados por essas alterações.

Então, após essa definição conceitual, passamos a uma parte mais técnica da apresentação e chamo o senhor Assis para que ele possa levar adiante a parte técnica da apresentação fazendo algumas demonstrações.

SR. ASSIS RIBAS (EIV): Senhoras e senhores, autoridades presentes, boa noite. Como o Doutor Cesar já havia comentado, só uma demonstração aqui com relação à Área Diretamente Afetada. O Meio Biótico, o Meio Físico, o Sistema Viário, definiram, então, como Área Diretamente Afetada, a Área do empreendimento e a Área da onde passa o duto até chegar ao píer. Essa foi a Área Diretamente Afetada.

A Área de Influência Direta no Meio Socioeconômico ficou um pouquinho maior, como o Cesar falou, o meio acaba tendo um tamanho, uma Área diferente da outra até para o objetivo de estudos. Então para a parte de socioeconômico os pontos para a Área de Influência Direta, foram o Porto dos Padres, Vila Rute, Bairro Alboit e Serraria do Rocha. Já, para o Meio Físico, a Área de Influência Direta contempla os canais hidrográficos da bacia incremental do baixo curso do rio Emboguaçu. Então já deu para notarmos uma diferença em escolha de Área entre um meio e o outro estudado.

Demonstrando, então, a Área de Influência Direta, para o Meio Socioeconômico foi essa faixa roxinha aqui, a área de estudo; já, para o Meio Físico, também essa mancha roxa só com uma abrangência um tanto quanto maior. Área de Influência Indireta então, para o Meio Socioeconômico, ela abrange o Município todo de Paranaguá, todo o espaço urbano onde pode acontecer a movimentação de veículos, de pessoas, cargas, enfim. A Área de Influência Indireta, do Meio Físico e Biótico, considerou-se integralmente a bacia hidrográfica do Rio Embuagaçu. Vamos ver aqui o mapa. Para o Socioeconômico abrangeu o Município como um todo, mas, principalmente, com ênfase ali na parte urbanizada; e para os Meios Físico e Biótico o canal do baixo Embuagaçu aonde toda essa área verde aqui corresponde, então, à área estudada pelo Meio Físico e Biótico.

Com relação ao Meio Físico. Os aspectos estudados ali: condições meteorológicas, qualidade do ar, geologia, geomorfologia, solos, recursos hídricos, ruídos... essa análise do Meio Físico alguns pontos são bastante interessantes,

principalmente para esse tipo de operação. Quando nós falamos em alguns pontos estudados aqui, vamos falar de ruídos, por exemplo. Os ruídos maiores estão voltados à movimentação de carga, à movimentação de caminhões, não à operação do empreendimento em si, mas o maior índice está voltado pela movimentação de carga, ruído de veículos, ruído de caminhões. Nenhum aspecto relacionado à metodologia, à geologia, a solos, a própria questão de recursos hídricos foi impeditivo ou teve algum critério que nos chamassem a atenção por um cuidado maior. Todos esses itens estudados apontaram para uma total, eu já digo, viabilidade de continuidade desse empreendimento sem algum problema.

Aqui uma análise do Meio Biótico e do Sistema Viário. Com relação ao Meio Biótico podemos falar de fauna e flora, esse empreendimento quando da sua construção, vamos voltar um pouquinho, muito embora estejamos falando de um EIV Corretivo, mas vale à pena isso. A área em que esse empreendimento está instalado, ela já era uma área utilizada para uma atividade portuária, ou seja, nessa área não havia nenhum tipo de vegetação, não havia nenhum tipo de fauna local a não ser a filantrópica que são comuns a todas as cidades urbanizadas, enfim. Então, na AID do empreendimento, na Área de Influência Direta, não havia nenhum critério com relação a um pedido de uma supressão vegetal ou o afastamento de uma certa comunidade animal, posso chamar assim, de um grupo, não houve nenhum problema, e todos esses estudos aí passaram a fazer parte da Área de Influência Indireta e da Área Indiretamente Afetada.

Do ponto de vista do Sistema Viário, o empreendimento está localizado em área propícia a esse tipo de implantação e operação. A gente fala em implantação porque até os próprios tópicos de um Termo de Referência e tal está muito voltado a implantar um empreendimento. Não, nesse caso, como é corretivo, então a gente ainda trata em implantação e operação, mas o foco é mesmo é de um empreendimento já em operação. Além disso, a empresa mantém um estacionamento fora da ADA. O que é fora da ADA? O que a gente definiu como ADA? O muro do empreendimento é Área Diretamente Afetada, fora desse muro do empreendimento, a empresa mantém um pátio de estacionamento. O que ela faz com esse pátio de estacionamento? Ela faz uma programação de cargas, os veículos chegam, vão para

esse pátio de estacionamento, fazem a sua triagem, aí tem a programação de recebimento dentro da empresa. Quando há necessidade eles comunicam então, esse pátio, e esse veículo vem até a empresa, ou seja, ele não fica nenhum momento estacionado nas ruas. (Risos!!!)

Nós vamos entrar em um mérito bastante interessante. Eu entendo perfeitamente a posição dos senhores, mas vamos entrar em um ponto que posso dizer assim que não existe uma empresa só de granéis, não existe uma empresa só. Têm caminhões que são de líquidos, têm caminhões que são graneleiros, têm caminhões... entendeu? São várias questões aí para a gente definir que pode estar acontecendo de, perto da residência dos senhores, terem caminhões estacionados, mas daí foge da concepção de um Estudo. Estou passando para vocês que existe uma programação e existe uma metodologia para tratar isso. Certo? Inclusive, o fluxo desses veículos, temos aqui Rua Coronel Santa Rita, aqui tem a Rua Bento Rocha, eles sobem aqui e entram nessa Rua Francisco Machado aqui, fazem o contorno, descarregam ou carregam, saem e fazem o fluxo novamente, um sentido só.

Aqui temos um croqui, só mostrando os fluxos. Aqui temos as baias de carga e descarga, os veículos entrando, fazendo seu fluxo e saindo.

Com relação ao Estudo do Meio Socioeconômico: os pontos principais com relação ao empreendimento desde a sua fase de Estudo, de implantação, de operação, algo que chama bastante atenção e é de muita importância é a geração de emprego e renda. É a geração de emprego no Município, é você fomentar a contratação de mão de obra local, é capacitar essas pessoas para trabalharem no empreendimento. Com isso, também, o aumento da arrecadação fiscal, com impostos, enfim. Um aumento, uma melhoria na economia local também, por quê? Você com emprego, você com empreendimento, você acaba fazendo girar o seu restaurante, uma loja, você faz com que o mercado gire mais. Ainda do Meio Socioeconômico, com relação ao atendimento às NBR's de implantação e de segurança, o Meio Socioeconômico também teve um cuidado de avaliar o atendimento da implantação, da operação desse terminal, com relação à questão social de distanciamentos, da comunidade, enfim, vou falar em seguida sobre isso.

Na verdade, assim, também é baseado em um levantamento, desses estudos, eles geraram alguns aspectos e alguns impactos ambientais. Esses aspectos e esses impactos vou falar já, alguns exemplos, na sequência, mas eles fomentaram alguns planos e programas. Vou dar exemplo de alguns só para não ficar falando de todos os planos e programas, que esses planos e programas são alguns pontos que o empreendedor vai executar para fazer um monitoramento, para fazer uma melhoria, enfim. Vou pegar aqui, Plano de Gerenciamento de Risco e Plano de Emergência Individual, estou falando aqui do PGR e do PEI. Esses planos, a empresa já mantém, já existem, o que acontece? Baseado no levantamento de aspecto e impacto no levantamento de risco existem os Planos de Emergência. Todos os riscos daquele empreendimento, tudo aquilo que é potencial em ocorrer, não significa que vai ocorrer, pode ser que na vida útil da empresa nunca ocorra, mas se vir a ocorrer você vai ter uma medida para você tomar em relação àquilo, você vai ter uma medida mitigadora em relação àquilo, você vai ter um atendimento em relação àquele ponto. Temos aí, então, o Plano de Gerenciamento de Risco, o Plano de Emergência Individual que constam nesses planos esses detalhamentos. Mais um exemplo, aqui, Plano de Monitoramento de Qualidade da Água, existem poços de monitoramento onde em determinados períodos são coletadas amostras de água para verificar se essa água ainda continua em boas condições, essa água do lençol freático. E, qualquer alteração de um parâmetro, alguma coisa assim, são tomadas medidas ou, então, verificadas que pode ser que essa urgência de um problema não seja exatamente daquele empreendimento, seja de algum outro, estamos falando de água de lençol freático. Mas é para fazer exatamente uma análise disso.

Como falei, vou entrar na matriz de impactos, uma síntese conclusiva só, alguns, vou dar apenas alguns exemplos de aspecto de impacto. Nós trouxemos para cá os que estavam como muito significativo ou significativo e alguns exemplos, alguns deles só. Lembrando, ainda, que estou falando aqui, de aspectos relevantes, mas, para a Fase de Operação. Além de estar falando de impactos na Fase de Operação, para você chegar nessa linha no estabelecimento de aspectos e impactos ambientais, existe toda uma metodologia. Dentro dessa metodologia, cabe ressaltar, o que eu acho de grande importância, é que têm alguns que são potenciais, não são reais, são potenciais. Por

que ele é potencial? Porque nunca ocorreu, mas pode ocorrer. E se ele ocorrer faço o quê? Tenho que ter uma medida para aquilo. Foi aquilo que eu comentei e repito: pode ser que na vida útil do empreendimento nunca aconteça, mas se acontecer o que eu faço? Tenho que ter essa medida. Então, alguns desses aqui são potenciais. Vamos falar de alguns aqui: atividade de operação do empreendimento, qual que é o impacto? O impacto pode ser positivo ou negativo. Nesse caso a geração de empregos diretos e indiretos. Quais são as medidas e os planos? Contratação de mão de obra local. Mais um ali: operação do empreendimento; aumento da arrecadação municipal. A utilização dessa mão de obra local também. Não é só contratação, tem pessoal de limpeza, tem pessoal de segurança, enfim, contratação de mão de obra local, fazer fomentar todo esse mercado existente aqui em Paranaguá. Além disso, o que você faz com isso? Você não cria um aumento demográfico, você utiliza as pessoas que já moram aqui, que já utilizam os serviços públicos que estão disponíveis na cidade. Não causa aumento de uma população, você não causa uma necessidade de aumento de ônibus, de hospitais, enfim, por conta disso. Pegar mais um exemplo: possibilidade de incêndio dos tanques de armazenamento; possibilidade de emissão de fumaça. Potencial gente, potencial apenas. Aonde que existe o controle, existem as regras para isso? Dentro do Plano de Gerenciamento de Risco e dentro do PEI. Além disso, existe todo um sistema de segurança que os terminais têm que atender, não é que eles atendem, eles têm que atender. E, nesse caso, esse terminal atende, que são alguns sistemas - todo o sistema de hidrantes, todo o sistema de LGE, que é um líquido gerador de uma espuma no caso de um sinistro, de um incêndio, esses canhões entram em ação; as válvulas de vácuo a pressão que controlam a pressão dos tanques. Os tanques são construídos com as soldas do teto naquele, vamos chamar assim, guarda-chuva lá em cima, com a solda mais fragilizada, com uma diferença de pressão ela vai soltar, vai ficar, apenas um copo. O que vai acontecer com isso? Não tenho pressão nenhuma, todo aquele material ficará no tanque e não vai sair dali. Além disso, se houver um problema de vazamento, alguma coisa, vão ficar tudo dentro da bacia de contenção. São vários critérios de segurança para você implantar e operar um terminal de granel líquido.

Com relação a algumas normas, a Norma NBR 17.505, tem alguns pontos, e eu trouxe um tópico apenas para cá, que é um tópico importante. Qual o distanciamento que tenho que ter, o que a Norma me diz em relação ao distanciamento? Tenho aqui as Ruas Coronel Santa Rita, A, B, C, alguns pontos ali, e tem assim: distância mínima até o limite da propriedade desde que na área adjacente haja ou possa haver construção, inclusive, no lado oposto da via pública, 10.5 seria essa medida. Por que isso aí? Porque a Norma estabelece que no local, digamos, como Paranaguá, tem Corpo de Bombeiros, a empresa mantém todo o sistema de hidrantes líquidos e gerador de espuma, a parte de geradores, enfim, ela tem todo o controle para isso e mais a questão de Brigada ainda, de emergência, enfim, com tanque com diâmetro menor do que 45, a Norma estabelece que essa distância seja metade do diâmetro do tanque. Então ela ficou em torno de 10.5. Aí o que tenho aqui? Tenho as medidas aqui, distância do tanque ao muro da empresa, 11.70, 11.65, 34.20, 23.90. Aí eu tenho mais um número que é a distância do muro da empresa ao outro lado da rua, aonde existem construções, daí tenho a soma do muro até o outro lado da rua tenho 32, 34, 48, 38, para quanto estou falando? Para em torno de 10.5. Em relação a distanciamentos, em relação à comparação com esta NBR, a empresa atende todos os requisitos necessários para continuar ali a sua operação tranquilamente.

De acordo com a análise realizada, por todos os profissionais que executaram o Estudo - Meio Biótico, Meio Socioeconômico, Meio Físico, Sistema Viário, teve até um laudo de qualidade do ar que foi o Lactec quem fez também. Foi possível concluir que o empreendimento pode continuar operando de forma sustentável sem problema algum e que a operação desse empreendimento, de um modo geral, resulta em impactos considerados aceitáveis frente a outras oportunidades dos efeitos positivos, que seriam a questão de impostos, geração de emprego e renda, enfim. Com relação à questão da CPA, com relação aos estudos executados, com relação às verificações, às checagens de projetos, de normas e de distanciamentos, conclui-se que a empresa está instalada e operando adequadamente e de forma sustentável.

Só um minutinho, por favor, aí vamos ter o intervalo e vamos voltar a abrir para perguntas. (Aqui uma moradora interrompeu o Assis!) Então, obrigado.

SR. CESAR LOURENÇO SOARES NETO (CPA): Voltando, então, só a algumas informações. Acredito que todos receberam, na entrada, se não receberam está ali em cima, um informativo aonde tem muito mais do que foi apresentado aqui com mais detalhes, com ressalvas em relação à Matriz de Impactos. Porque o Estudo avalia tanto os impactos positivos como os impactos negativos e, em cima dos impactos positivos e negativos, que são desenvolvidos os programas para você minorizar qualquer tipo de situação. Também está disponível aqui ao lado para a consulta, nesse intervalo que vamos ter, o Estudo completo, tanto o Estudo de Impacto de Vizinhança quanto o Relatório de Impacto de Vizinhança. Ele está na íntegra ali e também ficará à disposição para os senhores e senhoras na Prefeitura para que vocês possam consultar se, hoje, ao término da nossa apresentação ainda restarem questionamentos que vocês acreditem que precisam ser respondidos.

O *modus agora operandi*, como que vamos fazer? Temos aqui o pessoal de apoio que já está ali com as pranchetas, canetas, tem mais gente ali fora para que vocês possam escrever as suas perguntas ou tem uma lista aonde você pode se inscrever, colocar o seu nome, para que a gente possa identificar a pessoa, chamar para saber quem é. E iremos após o coffee break que é o intervalo aonde as pessoas poderão escrever as suas perguntas ou se inscrever para fazer as perguntas, iremos responder a todos os questionamentos que vocês tenham, procurando, como fomos até agora, ser o mais transparente possível em relação a todas as nossas respostas e no atendimento dos anseios em relação às suas perguntas. Então, teremos agora 20 minutos, um intervalo breve, para que vocês possam fazer a inscrição e também não se preocupem, se alguém não conseguir se inscrever será da mesma forma atendido e será respondido a sua pergunta, se, nesse período de 20 minutos, não conseguir escrever a sua pergunta ou fazer a sua inscrição para que a gente possa abrir o microfone para a sua manifestação. O maior período da apresentação é justamente este momento aonde iremos realizar esse bate papo tentando elucidar todas as dúvidas de vocês. Ok? Obrigado!

(INTERVALO PARA AS PERGUNTAS OU DÚVIDAS)

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e Senhores, vamos, agora, passar para a segunda parte desta Audiência Pública de apresentação do EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança da Empresa CPA – Armazéns Gerais. Vamos dar início, então, às respostas da nossa equipe de técnicos para as perguntas que foram formuladas pelos Senhores e pelas Senhoras à nossa equipe.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Vamos à sequência, aqui, e agora partimos para a etapa em relação às perguntas que foram realizadas – de forma escrita -, vocês me perdoem se eu pronunciar algum nome ou sobre nome errado, podem corrigir.

Começo com uma pergunta da pessoa que se identifica como Anderson - taxista da Vila Rute: “Quais foram os questionamentos do Ministério Público?” Acho que nem vou repassar aos colegas. Como fiz uma menção, no início, esse Estudo além da exigência do Município faz parte de um termo de acordo firmado com o Ministério Público numa Ação Civil Pública que tanto o Ministério Público Federal, quanto o Estadual movem. Correto? O Ministério Público fez a sua peça inicial e, em uma audiência, chegou-se a esse ponto de elaboração do Estudo de Impacto Ambiental que já foi aprovado pelo órgão ambiental do Estado do Paraná e o Estudo de Impacto de Vizinhança. Especificamente em relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança o Ministério Público ele apresentou alguns questionamentos, aí, dentro do processo administrativo do EIV. Esses questionamentos foram respondidos. Mas, como existe uma Ação Civil Pública que trata do assunto, então, as respostas diretamente são através das petições judiciais e há uma decisão de um magistrado, de um juiz, sobre essas questões. Basicamente o Ministério Público solicitava a elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança. Estudo que foi elaborado e que hoje está sendo apresentado aos Senhores. Anderson, ok?

Sr. Anderson: Por que que a empresa não fez uma Audiência antes de existir o projeto? (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Obrigado pela primeira pergunta e pela segunda. O que acontece: a empresa é uma empresa que já está instalada há muitos

anos lá. No momento da instalação da empresa o órgão público exigiu um tipo de estudo e de documentos da empresa. E isto foi apresentado. Tanto que a empresa funciona licitamente até hoje. Inclusive esse acordo partiu, também, da própria empresa, em realizar o Estudo de Impacto de Vizinhança para deixar o mais transparente possível.

Sr. Anderson: Qual é o intuito da audiência de hoje?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): A Audiência de hoje é prevista na Normativa – tanto municipal quanto a normativa que rege o Estudo de Impacto de Vizinhança em nível federal, que instituiu o Estudo de Impacto de Vizinhança. Esta Audiência Pública tem a finalidade de procurar, na medida do possível, esclarecer os senhores e as senhoras em relação ao empreendimento, ao impacto de vizinhança e servir, também, de subsídio para que a Prefeitura possa tomar suas decisões.

Pergunta da Letícia do Rocio: “Sobre o Estudo de Impacto e o distanciamento apresentado na Santa Rita e José Cadile, gostaria de saber como ficam o distanciamento com relação à Rua Ludovica Bório?”

Veja, a Rua Ludovica Bório ela não é confrontante com a empresa. Estamos tratando do distanciamento em relação às ruas confrontantes com a empresa. Correto? Então, em relação à Ludovica Bório, não é uma rua confrontante com a empresa e não sendo confrontante com a empresa, logicamente a distância dela ainda é muito maior do que aquelas apresentadas ali.

Questionamento do Professor Hermes Junior, do Colégio Estadual Bento: “Dentre os programas apontados, nenhum abarca a nossa comunidade escolar, qual a razão disso?” Desculpe, acho que o Professor Hermes quer fazer a pergunta no microfone, por favor.

Professor Hermes Junior: Explicando melhor a pergunta. O que significa confrontante?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): São as ruas que circundam a empresa.

Professor Hermes Junior: Eu sou Professor do Colégio Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto e uma coisa que a gente sente trabalhando com as nossas crianças, é, realmente, essa questão do crescimento urbano e do desenvolvimento desses parques de tancagem em volta da comunidade. Na nossa semana de integração fizemos uma atividade que seria um debate a respeito da história e do desenvolvimento do nosso bairro. E fizemos um convite às várias empresas para que fossem até a escola para que fizessem basicamente o que vocês estão fazendo aqui, hoje, explicando como funcionam essas empresas; os trabalhos desenvolvidos dentro desse espaço e qual a formação necessária para que o nosso aluno da comunidade, ao lado, pudesse ingressar no mercado de trabalho trabalhando, inclusive, nas empresas que ficam próximas do local onde eles moram. Infelizmente nós não tivemos resposta de nenhuma das empresas ao redor. O que tivemos de resposta foram as pessoas de mais idade dentro do nosso território, que falaram de coisas que existiam dentro desse local. Como praças, parques, campo de futebol, caminho para o Rocio, entre outras coisas. E aí vemos na análise de impacto de vizinhança que vocês fazem e houve uma grande preocupação com a questão biológica, com a questão vegetal, com a questão de fauna. Mas, principalmente, uma coisa que a gente percebe e que fico um pouco aquém, é a presença do ser humano. Porque esse espaço já era um espaço urbanizado. E nós não percebemos dentro das propostas de programas, percebemos propostas técnicas do processo, da empresa, mas a gente não percebe, em nenhum momento, a vontade dessa empresa ir até as nossas escolas ou, pelo menos, de servir a comunidade de alguma forma. Como já foi comentado. O processo já passou, a empresa já está em operação. Mas como que nós podemos abrir um canal de comunicação não só com a CPA, mas, com todas empresas, para que o bairro, que a Vila Rute, Porto dos Padres, Vila Guarani, possa receber algo para comunidade. Como, por exemplo, um curso técnico para os nossos alunos que possa servir de base para entrar em operação ou trabalhar na empresa de vocês. Obrigado. (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Obrigado, Professor. Tenho um orgulho de quando me chamam de professor, porque nesta mesa tenho dois que foram meus alunos, e, realmente, ser professor e ser um professor ativo representando a comunidade merece louvor. Em relação ao seu questionamento em específico, nos

Programas da empresa posso falar em relação ao Estudo de Impacto de Vizinhança, depois passo a palavra ao Junior que pode detalhar alguma coisa em relação à atividade direta. Você tem um Plano de Comunicação Social, você tem um Programa de Educação Ambiental onde a empresa participa de Semana do Meio Ambiente, junto com o IAP, Ibama, algumas escolas, e sei que têm outras empresas ao redor que realizam reuniões com a comunidade onde eles apresentam seus projetos e assim por diante. Cada vez mais vejo a necessidade dessa interação, efetivamente. E, tenho certeza, que a empresa está aberta a sugestões e esse é o motivo desta Audiência Pública, para que ela possa aprimorar as suas atividades em relação à comunidade em si. Acho que o Camilo pode falar em relação a algumas atividades de educação que já foram realizadas e o Junior também.

SR. CAMILO (CPA): Pessoal, boa noite, a CPA tem algumas atividades que ela realiza junto com algumas instituições. Como Dr. Cesar mencionou é bastante importante a participação e o professor aí mencionando, porque, veja, a gente precisa, sim, de mão de obra qualificada. A gente exerce um trabalho bastante grande e importante com os próprios funcionários da empresa. Ou seja, o funcionário que entra para trabalhar, ele passa por todo um processo de qualificação em diversas áreas, não só na área operacional, mas em outras áreas também e isso acaba contribuindo não só dentro da empresa, mas, externo, também. Porque ele leva essa informação para fora, ele leva essa informação para a comunidade, para casa, para os filhos. Assim, do ponto de vista da geração de empregos, da preparação da equipe para que esses funcionários estejam bem preparados não só na operacional, a gente desenvolve uma série de atividades. É importante frisar que a empresa passa por uma série de auditorias. A CPA tem certificação em três normais internacionais – a Iso 9000 que é uma certificação na área de qualidade; a Iso 14000 que é uma certificação na área ambiental e a Ohsas 18001 que é uma certificação na área de segurança e saúde ocupacional. Sofremos auditorias externas, os auditores nos cobram esse tipo programa e auditorias internas também. Agora, sim, eu escutei no início, Professor, que teria havido uma pergunta lá direcionada para a empresa, que foi posto esse questionamento para a empresa. De alguma forma acabamos não recebendo essa

informação, peço que vocês nos procurem para que a gente possa ver se tem alguma forma de contribuir mais do que a gente já presta hoje. Espero ter respondido.

Professor Hermes Junior: Também o Colégio Estadual Bento se coloca à disposição para que seja marcada uma reunião, então, principalmente no que foi comentado sobre a questão da Semana do Meio do Meio Ambiente. Semana do Meio Ambiente é uma atividade que acontece no Município já há alguns anos, mas ela é uma atividade central, ela acontece dentro do Aeroparque e envolve várias outras instituições. O que solicitamos é que a escola que fica muro a muro, muito próxima da empresa de vocês, que a gente estreite esses laços e que possamos ter uma conversa mais próxima com relação a isso. Está bom? Estamos dispostos, sim, se depois do término da atividade e vocês puderem passar um contato ou um número mais específico lá com a área de trabalho de vocês agradecemos, muito obrigado.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Perfeito, Professor, obrigado pela contribuição. Certamente haverá uma aproximação maior aí. O senhor Edson Simplício da Silva, na verdade faz dois questionamentos, e vou passar ao Camilo para que ele possa responder e também ao Junior: “Em caso de explosão qual o perímetro atingido e qual a rua aonde está localizado o pátio de estacionamento e qual o fluxo percorrido até a empresa?” O Camilo irá responder a primeira e a segunda o Engenheiro Paulo que é especialista em Sistema Viário.

SR. CAMILO (CPA): Boa noite mais uma vez, agradecendo ao questionamento. O que temos para firmar e frisar para vocês do ponto de vista de segurança do empreendimento, como, inclusive, responsável pela área de segurança lá. Exercemos uma série de atividades do ponto de vista preventivo. Então quando trabalhamos com terminal de líquido, quando se chega num terminal de líquidos, que trabalha com líquidos, a gente fica com aquela coisa da cabeça do risco. Mas o contato com o produto praticamente não existe. Esse produto chega de caminhão ou de vagão, as tubulações são todas conectadas, essas conexões são todas secas e feitas de modo que você não tem nenhum contato com o produto. E você não tendo contato com o produto e de maneira como o terminal é projetado do ponto de vista da engenharia é muito difícil acontecer um acidente, um princípio de acidente. O trabalho que eu posso

dizer, da CPA, é um trabalho 90%, 99% voltado no ponto de vista preventivo e do ponto de vista corretivo, caso venha ocorrer, na época de implementação do terminal também vale destacar, e o Corpo de Bombeiros, na época, nos fez alguns elogios. Por quê? Se vocês perceberem o Terminal da CPA ele tem lá uma série de aspersores já instalados nos tanques. Aquilo é um diferencial, ou seja, como é um terminal novo que conta com uma tecnologia bastante diferente, ele já vem com uma série de dispositivos de segurança, pré-instalados, para que num caso de princípio de incêndio ou qualquer coisa assim, os dispositivos já estejam prontos para uso. Não preciso montar uma linha de resfriamento, não preciso de uma série de equipamentos para fazer resfriamento de tanque. Ou seja, o que está instalado lá já me garante esse resfriamento. Do ponto de vista de incêndio, explosão, qualquer coisa assim, não há risco pessoal. Não há risco.

Sr. Edson Simplício: Boa noite. Sou o Edson Simplício, também, Professor. Eu não senti a resposta. Eu perguntei o perímetro atingido. Sei que o risco é mínimo e tenho certeza da segurança de vocês, tenho absoluta certeza disso, mas em Paranaguá também explodiu um navio uma vez. Só explodiram dois ou três no Mundo. Então, se existe 1% de risco, eu moro próximo e gostaria de saber o perímetro atingido. Por favor. (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Em relação ao perímetro acho que ele pode muito bem ser visualizado quando nós temos e acho que podemos mostrar ali, naquela tabela, aquela tabela trata exatamente nas distâncias mínimas exigidas em relação à segurança. Nós temos essas distâncias ali, como as distâncias que as normas técnicas preveem em relação ao raio mínimo de segurança para o risco de – vamos dizer assim, quando a gente fala, quando internaliza a probabilidade de ocorrência de determinada situação, nós estamos não dizendo que ela vai ocorrer e nem que ela não vai ocorrer. Logicamente, como o próprio professo disse, a probabilidade é minimizada ao máximo com todas as medidas que são realizadas. Mas, mesmo assim, ainda existe essa margem de segurança definida pelas normativas, pelas próprias normativas. Engenheiro Paulo, por favor, em relação ao percurso do Sistema Viário.

ENGENHEIRO PAULO MALUCELLI: Sou um Técnico em Sistema Viário e esse empreendimento ele funciona com um movimento máximo, a capacidade máxima dele de recebimento de material líquido através de caminhão e de trem, para caminhões é, no máximo, 100 caminhões por dia. Isso atingiria a capacidade máxima de processamento do produto, de armazenamento. Então esses 100 caminhões, por dia, dividido pelas 17 horas de funcionamento, que eles operam, das sete da manhã até às 22 horas. Das sete às 22, então, esses 100 caminhões são divididos nessas 17 horas. É um movimento pequeno por hora, né, que entra e, como foi dito antes, esses caminhões vêm para esse pátio de estacionamento fazer a carga ou a descarga, eles vêm por demanda. E foi dito, como foi dito pelo Assis no começo, esse estacionamento dos caminhões ele é fora da cidade. Ele está lá na BR-277 no pátio da Pasa. Existe um acordo da CPA com a Pasa, a Pasa tem um estacionamento que dá para mais de 200 caminhões. Então os caminhões, obrigatoriamente, seja para descarregar ou para carregar, eles têm que fazer a triagem lá. Eles fazem um tipo de um cadastro, esse cadastro, o motorista já é cadastrado, o caminhão é cadastrado. Quando ele entra no pátio para fazer a carga ou a descarga, ele já está plenamente identificado. Nesse caso não há formação de filas. Acho que vocês falaram e, com razão, têm caminhões em volta? Tem. Mas não é ligado a esse empreendimento.

Professor Edson Simplício: O que não entendi ali é vocês entram, é uma paralela ao trilho, então? Vocês vêm pela Santa Rita, entra na Francisco Machado e aí vocês traçam um percurso paralelo ao trilho. Desconheço aquele trajeto ali.

ENGENHEIRO PAULO MALUCELLI: Não, é dentro do empreendimento. O trajeto começa na 277, vem pela Bento Rocha, entra na Coronel Santa Rita e depois na Francisco Machado, aí já está dentro do empreendimento. O portão do empreendimento é nesse cantinho aqui, mais à esquerda. Então ele entra dentro do empreendimento, tem uma linha mais escura ali que é um muro que separa a linha férrea. Ali tem a linha férrea onde tem os terminais para a linha férrea, dos vagões, e os caminhões circulam naquela linha amarela, passam na balança, passam naquela casinha que tem ali. Os caminhões entram por lá (Está mostrando no telão o percurso dos caminhões, que ele fazem.), passam aqui nas balanças. Aqui tem os bicos de descarga. Ele é capaz de atender quatro caminhões por vez. E um caminhão, aqui, para

fazer todo o processo de carga e descarga leva mais ou menos, 40 minutos. O caminhão entra, entra nas baías que suportam quatro caminhões e saem novamente, e retorna pela Bento Rocha e depois para a BR-277. Esse é o trajeto normal dos caminhões. Ok.

Professor Edson Simplício: Obrigado.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Vamos à próxima pergunta que é da Sra. Cintia, moradora de região, Bairro José Cadile, e vou trazer junto a pergunta da Sra. Josiane Oliveira – moradora do Bairro Industrial. A pergunta da Sra. Cintia é sobre o cheiro de álcool e a pergunta da Sra. Josiane é: “Como não estamos em área de risco, se o trem inflamável passa em frente à residência, deixando mau cheiro e gases tóxicos”. Como as duas perguntas são com relação ao odor, passo a palavra à Sra. Cintia.

Sra. Josiane: Já que aqui não tem área de risco, por que a primeira casa a sair da minha quadra foi a casa de um bombeiro? (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Só explicando uma situação em relação que têm perguntas aqui que tratam, também, sobre indenização. Vamos abordar esse tema. Veja a questão referente a indenização ela justamente está sendo discutida na Ação Civil Pública.

Sra. Josiane: Mas já que não há risco por que saiu a casa do bombeiro ...

O Sr. ... (morador): Por que ele é mais importante do que a gente?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Em hipótese alguma!

Sra. Josiane: ... e nós ficamos aqui? Sendo que nenhum risco de incêndio existe? Na época só saiu ele e ficou cinco famílias.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Em hipótese alguma existe alguém sendo considerado mais importante do que alguém. Voltando a falar sobre a questão das indenizações. Existe a Ação Civil Pública e em relação a essa Ação até o presente momento não há determinação judicial de indenização. O que existe é dentro do processo de licenciamento ambiental e também dentro dos termos de compromisso

que estão sendo firmados, e que já foram firmados com a Prefeitura e com uma ou outra empresa, então, o que existe que as empresas junto com o Governo Estadual e com o Governo Municipal, irão participar de um Programa capitaneado pelos órgãos públicos que irá verificar a disponibilidade de realocação ou não.

Veja, a empresa CPA, volto a dizer, judicialmente essa questão está sendo discutida. Não existe uma determinação judicial para ela de indenização.

Sra. Josiane: Não existe?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Hoje não existe.

Sra. Cintia: Para essa empresa, no caso?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Para a CPA não existe.

A Sra. Josiane: Sim, mas vocês falaram que não tem perigo de explosão lá! Mas se chegar um final de ano da gente querer soltar um foguete lá, vocês proibiram. Vocês proibiram a gente de soltar. Então como é que a gente vai comemorar o final de ano se a gente não pode soltar foguete? (Palmas) É uma área de risco, quer dizer que uma faísca lá estoura todo mundo!

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Muito obrigado pela sua manifestação. Deixa eu responder o questionamento da nossa participante aqui. Eu não sei quem lhe proibiu de soltar ...

A Sra. Josiane: Foi, foi proibido.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Eu não sei quem proibiu. A empresa não tem esse poder de proibir nada.

A Sra. Josiane: O segurança proibiu, chamou até ela de louca.

A Sra. ... (Moradora): É justamente isso que quero falar. Sou eu a pessoa em que o representante da empresa, acho que, no momento, ele era o vigilante, no momento eu nem vi quem era. Sei que ele estava na empresa, era um técnico lá da empresa. Foi no final de ano e fui, logo no início, eu fui lá soltar um rojão no final de ano com meu neto. O representante da empresa veio lá e eu, na verdade, se eu tivesse

lembrado jamais teria feito isso. Mas não estava acostumada tipo de ... que eu seria barrada nisso, né, que eu seria cerceada nesse momento de estar celebrando isso. Eu também jamais, se tem um tanque de combustível na frente da minha casa, moro na José Cadile bem em frente ao tanque, jamais, se eu tivesse lembrado, jamais teria feito isso. Então ele veio e disse: - “Olha, a senhora não pode fazer isso”. Então eu fico pensando assim: nós, moradores, ali, estamos sendo estamos cerceados de uma maneira ou outra. É como a nossa vizinha aqui falou: saíram alguns, saíram, por que esse Estudo de Impacto de Vizinhança ele aceitou que não fosse, na verdade, não fosse mais tirado algumas pessoas dali. Só foi tirada algumas pessoas. Lá do lado da minha casa tem a casa do bombeiro e aí tem a minha casa, e lá, na esquina, tem a outra casa também que saiu. Só para vocês aqui saberem, a minha casa ela é tomada de mato, a casa do bombeiro a CPA não cuida do terreno. Aí eu pergunto: qual é esse Plano, que vocês falam, de Sociocomunicação? (Palmas) Jamais, nós não estamos aqui, eu acho que ninguém está aqui para dizer assim: - Paranaguá não tem que crescer, ou a CPA não tem que atuar. Acho que é uma empresa confiável como o professor falou. Jamais estamos aqui para discutir a segurança que tem esses tanques. Só que tem os tanques e os caminhões que estão vindo? Acontece, gente, acidentes acontecem! Ali não sei qual é ... existe o Município, diz que ali é um bairro industrial e foi passado para nós que ali seria um bairro industrial. Era um bairro residencial, agora está industrial realmente. Então, a nossa indignação, na verdade, não é contra a CPA, contra esse projeto que Paranaguá está tendo. É ótimo que Paranaguá cresça. Só que eles também têm que pensar na população em redor. E, infelizmente, estamos sentindo, sabe, essa falta de compromisso, de olhar para as pessoas que estão à volta. É essa a nossa indignação. (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Agradeço a sua participação. Devo ressaltar a todos que esta Audiência Pública ela está sendo gravada e taquigrafada justamente para que a Prefeitura depois possa analisar e verificar os anseios, com mais detalhes, porque aqui estamos respondendo em cima do Estudo de Impacto de Vizinhança da empresa. Existe uma preocupação maior que (?) à empresa que é em relação ao Município e ao zoneamento urbano e assim por diante. Coisa que a empresa, aquilo que eu falei, existe, sim, já, uma determinação de que ocorra o desenvolvimento de

um projeto por várias empresas que estão situadas ali, junto com o Município e junto com o Estado do Paraná. Isso já existe, já é uma determinação, inclusive, é uma condicionante do licenciamento. Mas, por isso reforço que a participação é interessante e as reivindicações logicamente são analisadas pela empresa e, também, pelos representantes do Município que aqui estão. Obrigado. Mas em relação ao odor, dentro do possível gostaria de tentar responder, mesmo que os senhores, em algum momento, entendam que a resposta não é satisfatória, mas vamos tentar explicar em relação ao odor quais são as preocupações da empresa e o que ela tem feito em relação a essa questão.

SR. CAMILO (CPA): Pessoal, boa noite. Em relação ao odor, como mencionei com vocês, para que nós tivéssemos a certificação em gestão ambiental – que é a Iso 14001, fizemos uma série de estudos. Vale ressaltar, também, que não é só essa normativa que nos exigem, o próprio órgão ambiental que fez o licenciamento do Terminal, a própria Prefeitura e a própria política interna da empresa, exige que a gente realize esses Estudos. O que posso dizer para vocês é que fizemos mais de um estudo para verificar a qualidade do ar, o último estudo feito foi um estudo bastante grande, complexo, com um laboratório de Curitiba, com a Lactec. E o resultado obtido por esse estudo é que do ponto de vista de atendimento ao que a legislação hoje, exige, a qualidade do ar do entorno atende a legislação. E, assim, poderia dizer para vocês com bastante folga, o Instituto Ambiental do Paraná tem um trabalho bastante grande em relação à qualidade do ar, existem em Paranaguá dois pontos de monitoramento da qualidade do ar. Estamos sempre em contato com o órgão ambiental discutindo esse tipo de coisa e até, recentemente, conversando sobre isso eles disseram que a qualidade do ar, em Paranaguá, atende a normativa. E que a qualidade não é ruim tanto quanto a gente pensa. Até nos causa estranheza.

A Sra. ... (Moradora): Esse ar da onde, medido o ar da onde? Porque lá onde a gente mora o ar é insuportável. Eu tenho um filho que sofre de bronquite e ele passa mal várias vezes, porque o cheiro é insuportável!!!

SR. CAMILO (CPA): Nos causa estranheza ...

A Sra. ... (Moradora): Não, não é estranheza não porque já foi gente lá. Não é estranheza não, porque o cheiro é bem forte. E à noite é bem pior. (Muitos moradores concordam com ela, paralelamente ...) À noite é bem pior porque não tem como nem dormir porque o cheiro é insuportável. O cheiro é insuportável. Vocês estão lidando com o quê, lá! Antes era álcool e agora é o quê? Porque já foi dois caminhão falando que é combustível que vocês estão lidando lá;

SR. CAMILO (CPA): A gente opera com diversos produtos (Haaaaa ... os moradores!) ...

A Sra. ... (Moradora): Antes não tinha nada, agora tem produto!

SR. CAMILO (CPA): ... O Estudo é feito para todos os produtos que são operados. O que podemos dizer para vocês é que o que a legislação exige está sendo feito, está sendo cumprido e os resultados obtidos estão dentro dos parâmetros legais.

A Sra. ... (Moradora): Colocar eles pra morarem lá em casa então! (Risos)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Reforçando e procurando sempre atender aí aos anseios. Hoje você tem uma evolução em relação à questão de carregamento e descarregamento que antigamente era feito pela boca de cima do caminhão, hoje em dia não é mais. Ou seja, existe uma série de medidas que estão sendo tomadas para diminuir, ainda mais, e deixar a qualidade do ar o melhor possível. Uma questão é importante, tanto que vocês, os senhores e senhoras, os funcionários também ficam expostos ao mesmo ar que todos respiram e é feito ...

A Sra. ... (Moradora): A é uma diferença ..

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Não, não é isso. E é feito um monitoramento da qualidade de saúde deles permanente e que pode ser disponibilizado a todos os senhores os resultados. O que eu estou dizendo é que a empresa, como todas as que estão ao redor, têm trabalhado na melhoria contínua para minorizar essas situações de desconforto de todos. E o mais importante é justamente que essas situações sejam debatidas e tenho certeza que no Plano de Comunicação haverão reuniões com a comunidade, aonde se procurará cada vez mais obter as informações e tentar minorizar ao máximo o desconforto que, muitas vezes

não é gerado por esta empresa, é por uma outra, mas ... Por isso que há as reuniões e o Programa é a união de todas as empresas que estão ali ao redor para tentar resolver as situações.

Voltando aqui ao questionamento do Sr. José Jorge: “A quem deve ser a responsabilidade dos veículos estacionados em vias públicas correspondentes?” Paulo.

A Sra. ... (Moradora): Quantos funcionários vocês têm nos bairros do entorno trabalhando lá, com vocês? Depois disso vocês poderiam responder isso pra gente? Porque a gente só está vendo que a preocupação é com o mínimo do mínimo. Mínimo do mínimo e o máximo de eficiência financeira. (Palmas)

ENGENHEIRO PAULO MALUCELLI: A fiscalização sobre estacionamento na via pública cabe à Prefeitura. A Prefeitura de Paranaguá tem um órgão de trânsito, a Demutran, ...

A Sra. ... (Moradora): Não, não tem. Hoje liguei três vezes e não apareceu ninguém, ninguém. Eu denuncio todo dia. Porque aqui aonde vocês estão mostrando não sei se é de vocês, mas dizem que é de vocês, desde a Lady Lanche até o portão da minha casa é só caminhão. (Palmas) É desde a Lady Lanche até ali a entrada, e a minha casa é na frente dos tanques. Então não venham falar que é da Prefeitura, porque hoje foi feito três denúncias e não apareceu ninguém! Ninguém! Morre e não aparece ninguém.

A Sra. ... (Moradora): Semana passada quase fui atropelada, quase fui atropelada ... (Tumulto no Plenário!)

A Sra. ... (Moradora): A Prefeitura não faz nada.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Deixa ... eu acho que a gente precisa organizar senão nós não conseguimos continuar. Deixem o Paulo responder e em seguida iremos responder a um questionamento feito lá atrás e nós temos uma ordem aqui, onde vamos falar.

A Sra. Marília (Moradora): A minha casa, a minha casa lá, tem que ter um meio de indenizar minha casa. (Falou fora do microfone e muito barulho ... mas ela

reclamou do comércio que perdeu, aluguel, etc ...) Porque eu tinha duas casas comerciais lá. Sabe o que é, queria que o senhor Furusawa e a senhora do Meio Ambiente estivessem aqui também e a Prefeitura precisa saber. Ele foi embora, eu acho. Mas eu gostaria que soubessem por que eles foram deixar colocar esses tanques no lugar que a gente mora, ao lado? Com tanto lugar retirado que tem? (Palmas) Foi feito assim: “Vamos medir aqui, você vai ser indenizada”. Eu com três pontos comerciais, ali tenho três portas, meus inquilinos sabe o que fizeram? “Ah, dona Marília, vamos arrumar e vamos arrumar outro ponto porque a senhora vai sair logo daqui.” Porque o cara prometeu que iríamos sair logo. Até hoje não consegui alugar mais. E o dinheiro que eu recebia para mim, para meu sustento, está lá minhas portas vazias! Aí chegou aquela combinação: vocês vão receber em dinheiro para poder para poder comprar uma casa ou ficar aqui. Quando ele chegou do meu lado eu perguntei para o Marcos: - Por que a metragem ... (Muito barulho...) ... “a metragem, mas é a vizinha da senhora que vai receber, da senhora para cá não pode”. Eu falei, quer dizer que se explodir isso daí, só vai explodir lá, ei aqui sou ... Olha, esses tanques acabaram com meu comércio, não tenho mais de onde tirar o dinheiro que era meu. Daquele dinheiro que eu vivia. Era minha vida do aluguel dali que eu recebia e conseguia fazer alguma coisa. E agora o que eu faço? O cheiro desse álcool de madrugada é horrível, tenho rinite. Eu sempre falei que esse tanque vai acabar com a minha saúde. E, agora, sem (chão?) ali. Sabe, pensei: vão indenizar. Mas até agora nada! Que eles indenizassem nosso local, porque daí eu ia morar na praia. Não ia ficar mais ali. Eu morro de medo daqueles tanques, não durmo direito. Eu não durmo. Eu queria que vocês dessem uma resposta, que eu sei que não vão, pelo jeito dá deram, né! Não vão indenizar. Não vão, temos que fazer o quê ali? E vão fazer o quê? (Muito barulho ... tem gente com casa quase caindo porque não quis reformar a casa esperando a indenização, e reclamam que a CPA nada faz!) E agora o que eu faço com as minhas peças? Não vou ser indenizada e vou ter que ficar ali? E com risco ainda de explodir, socorro, né, gente!!! Vocês têm que dar um jeito de ajudar a gente ali. São poucas pessoas, são poucas famílias. Vai todo mundo pra casa de cabeça baixa e não está certo, pode ter certeza. (Palmas)

A Sra. ... (Moradora): Socorro mesmo!

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Em relação à indenização, volto a afirmar que existe uma ação judicial que discute isso e, na ação judicial, à empresa não foi determinado que ela fizesse a relocação e nem a remoção de ninguém. Com relação à área de distanciamento, isso foi uma determinação também judicial que a empresa não discute determinação judicial, ela cumpre. E o juiz determinou que até determinada distância fosse feito de determinada forma, a partir de uma distância não fosse. A empresa simplesmente cumpre. Só um minutinho. Se vocês não deixarem a gente terminar eu não consigo responder à sua própria vizinha que está ali e fez o questionamento.

A Sra. ... (Moradora): Olha ali a distância, não tem dez metros. Nós estamos ali na entrada de vocês, ali, oh. É caminhão dia e noite estacionados tanques ali - cheios, vazios ... Na porta da nossa casa. Não podemos estacionar um carro lá, não podemos sair. As calçadas os caminhões acabaram ... Não podemos sair com uma bicicleta. É difícil ... (Muito barulho, tumulto!) Tem o cheiro, é perigoso ... (Muitas conversar paralelas e não usam o microfone!) É bem na entrada de vocês.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Eu acho que o seu questionamento complementa o questionamento da pergunta: quem é responsável. Acho que temos mais de um agente responsável. Tem o órgão público que é responsável, estou dizendo que é responsável, não que faz ou que não faz; e tem a empresa que também pode fazer alguma ação. E vocês podem ter certeza que a empresa não quer vocês como inimigos. O que acontece, é que essas observações estão sendo anotadas, taquigrafadas, e anotadas pelos representantes da empresa que, certamente, irão pedir para que se forem pessoas caminhoneiros vinculados à atividade da empresa, eles deixem de estacionar ali. E, mais uma vez, você conhece, está aqui na frente o Junior, está aqui na frente o Érick, o Marcos está ali no lado, qualquer nova situação ocorrendo vocês, por favor, cheguem até eles e repassem. Até para que eles possam se certificar se são caminhões da própria empresa. Tem um fato interessante. A empresa ficou dois anos parada, ela voltou a funcionar agora. Então, muito das questões que estão sendo levantadas podem não ter relação com a empresa. Mas, de qualquer forma, o compromisso além das exigências que o Município irá fazer, o

compromisso da empresa é que ela tenha uma atitude mais proativa em relação a essa situação.

Tem mais um questionamento ainda do Sr. Jorge: “Se existe a possibilidade de novo empreendimento na região?” Nós não temos como afirmar isso, não diz respeito ao conhecimento da empresa se terá um novo empreendimento ou não. A pergunta do Ander – Taxista, aqui: “Serão armazenados somente álcool?” Anderson, obrigado pelo seu questionamento, na verdade a empresa está licenciada e habilitada para uma série de produtos, não só álcool. Álcool é um dos produtos. A empresa, sim, começou as suas atividades com o armazenamento de álcool, posteriormente, com os próprios problemas existentes de mercado e assim por diante, ela migrou, também, para o armazenamento de outros produtos. Mas, o Plano de Emergência da Empresa, o Plano de Gerenciamento de Risco, todas as medidas de prevenção e contenção elas abrangem todos esses produtos licenciados.

A senhora Joana Francisco, moradora do Bairro Industrial, pergunta: “Por que os meios de comunicação da cidade não estão presentes no debate para divulgar?” Na verdade, todos os meios de comunicação da cidade foram convidados a estarem aqui como todas as autoridades do Município também foram convidadas. Um questionamento que também transpassa nossa possibilidade de resolução. O senhor Norberto, Engenheiro Civil, do Bairro Bosquera, faz dois questionamentos: “Qual é a movimentação de caminhões e vagões diariamente na operação da empresa? E qual é a capacidade de caminhões dentro da empresa?” O Paulo poderá responder isso.

ENGENHEIRO PAULO MALUCELLI: Já tinha dito, o Estudo de capacidade para tráfego, do trânsito, foi feito baseado na capacidade máxima de movimentação de produtos na empresa. Esse movimento dava um movimento de cem caminhões por dia e duas composições de trem, que dava 14, duas composições de 14 que é a capacidade máxima de recebimento de carga e descarga dos vagões.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Temos uma pergunta do Sr. Vinícius da Secretaria Municipal de Meio Ambiente: “Como é o vínculo do estacionamento fora da ADA – da Área Diretamente Afetada? O estacionamento tem capacidade de absorver

todo o contingente das diversas empresas que atende? E como é administrado?” Vou repassar ao Junior.

SR. JUNIOR (CPA): Boa noite. Hoje o impacto em nosso estacionamento está previsto em, aproximadamente, 250 vagas. Ele atende, sim, à necessidade dos caminhões. Hoje a capacidade máxima seria de cem caminhões. Mas, hoje, não estamos operando com a capacidade máxima. Hoje são 40 a 50 caminhões carregados por dia. Então, sim, atende a capacidade dos terminais que lá ficam os caminhões.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): O Dr. Ivã quer fazer a pergunta oralmente? Obrigado, Dr. Ivã.

Dr. Ivã: Boa noite. Faço três questionamentos. O primeiro que no lembrete de vocês, aqui, não há nenhuma arguição referente aos procedimentos relacionados à defesa do meio ambiente e à defesa dos direitos difusos. Até corroborando há pouco quando o senhor arguiu ali no sentido de uma senhora que falou a respeito da Ludovica Bório, o direito ambiental é bem claro, é difuso. Então o argumento da CPA que é só as ruas paralelas, ele cai por terra. Inclusive toda Paranaguá ela tem que ser preservada porque o (??), nesse caso, é imenso. Esse seria o primeiro questionamento, no livreto de vocês relacionado a cada arguição de vocês, ele é alternado. Então ele começa no nº 5, pula pra o nº 9 e depois vai para o 10, depois 12, 14, 19. E os anteriores não estão. Então, qual foi a referência que vocês arguíram nesse sentido? E acho que o mais sério é que dentro desses autos aí, e eu não tive acesso, porque eu represento alguns moradores a partir de agora nessa lide, foi feito o Estudo de Impacto Ambiental e se isso, através dessa própria ação, já foi concluído o Relatório de Impacto de Meio Ambiente. Mesmo porque o Estudo de Impacto de Vizinhança, ele não ele não se sobressai ao Estudo de Impacto ao Meio Ambiente. Seriam esses meus questionamentos. (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Obrigado Dr. Ivã. Vamos, então, a cada questionamento. Veja a pergunta foi em relação por que que não havia sido mencionada a Ludovica Bório, ali, em relação ao distanciamento de tanques? Em relação à Ludovica Bório, como falei, ela não é uma rua confrontante e o distanciamento dos tanques com a Ludovica Bório, ele é muito superior. O que está

demonstrado, ali, seriam os distanciamentos que estariam mais próximos em relação a este empreendimento, em relação a este empreendimento CPA. Correto? Em relação ao número, na verdade, Dr. Ivã, o Estudo ele contempla absolutamente a descrição de todos os itens. Esse material disponibilizado agora, ele é um material simplesmente para que vocês acompanhem o desenvolvimento da audiência e é selecionado alguns impactos previstos para a implantação, para operação e assim por diante. Por isso que está internizado diferente, porque o Estudo contempla todos – de um até o 65. Nós colocamos nesse material, que é simplesmente um material informativo a mais, que, aliás, não é nem exigido que nós entreguemos esse material. Estamos fazendo inclusive para demonstrar a transparência da empresa e colocamos nesse material a possibilidade de risco, de incêndio e assim por diante. Ou seja, está muito claro aí que a empresa está sendo mais transparente possível. Mas todos os itens estão colocados dentro do Estudo de Impacto de Vizinhança.

Em relação ao EIV e ao EIA. O Estudo de Impacto de Vizinhança, inclusive o colega falou é uma coisa e o Estudo de Impacto é outra coisa. O Estudo de Impacto de Vizinhança é exigido e apresentado perante o Município. E o Estudo de Impacto Ambiental é exigido e apresentado ou perante o Instituto Ambiental do Paraná ou perante o Ibama, ou, no caso, da descentralização e quando Paranaguá estiver pronta para a descentralização, também junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá. Nesse momento o Estudo foi apresentado ao IAP e foi aprovado perante o Instituto Ambiental do Paraná, IAP, o Estudo de Impacto Ambiental, algo completamente diferente em relação ao que está sendo apresentado que é o Estudo de Impacto de Vizinhança neste momento. Ok, Doutor, obrigado.

Temos uma pergunta do Márcio Batista, Bairro Serraria do Rocha: “Quanto ao Plano de Evacuação das Áreas próximas ao terminal, o que empresa está fazendo a respeito em caso de sinistro?”

O que ocorre é o seguinte: as empresas devem ter o seu Plano de Emergência individual e, logicamente, o seu Plano de Gerenciamento de Risco. Os Planos de Emergência individuais são consolidados com um Plano de Auxílio Mútuo e esse Plano de Auxílio Mútuo, sim, prevê todo o sistema de evacuação em caso de um sinistro de

proporções totalmente elevadas. A empresa participa junto ao desenvolvimento desse Plano de Auxílio Mútuo que é capitaneado pela APPA e pelo órgão ambiental do Estado do Paraná junto com a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e demais instituições públicas.

Sra. ... (Moradora): Se isso acontecer dá tempo de todo mundo correr?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Uma boa pergunta. Na verdade, todos os sistemas de prevenção e de controle da empresa eles estão prontos para o atendimento, desde a menor até a maior situação. E mais: um dos presentes citou o exemplo de acidentes e, efetivamente, Paranaguá já teve um acidente de grandes proporções e vejam que nesse acidente de grandes proporções de Paranaguá, a questão ficou restrita única e exclusivamente ao navio e não aconteceu nada, graças a Deus, à população em si.

Sra. ... (Moradora): Mas comparar um navio com quantos tanques?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Justamente isso que estou dizendo: os sistemas de prevenção funcionaram de tamanha efetividade que você não teve nenhum sinistro nos tanques. Porque, pense, o navio explodiu e o fogo podia vir pelos dutos. Imediatamente todo o sistema de prevenção inibiu isso, juntamente com a brigada do Corpo de Bombeiros esteve no primeiro segundo atuando para minimizar. Inclusive temos um fato muito interessante que hoje o Coronel Pombo, na época, ele não era Coronel mas ele era o Comandante do Corpo de Bombeiros, ele esteve aqui atuando perante esse sinistro, e a grande preocupação dele, no início, era a salvaguarda das vidas. Tanto que ainda existiam ações a serem tomadas relativas a tentar minimizar um dano financeiro em relação ao navio e ele impediu qualquer iniciativa a não ser a preservação da vida nas primeiras 72 horas até o fogo ser eliminado.

Então, todos os Programas, Planos, desenvolvidos pela empresa, estão pensando na prevenção. Se pegarmos os últimos acidentes que ocorreram no Brasil – Santos e assim por diante, não morreu nenhuma pessoa. Porque aconteceu exatamente o previsto ... (Tumulto na plateia) ... Tinham moradores no relato,

aconteceu exatamente o previsto nas normas de construção e nas normas do Corpo de Bombeiros. Ou seja, você teve uma estrutura que ela trabalhou, o líquido ficou armazenado na caixa de armazenagem e o fogo contido exatamente dentro daquilo ali. Não ocorreram explosões como o escape de material para fora.

Temos mais uma questão aqui, da Sra. Joana, moradora do Bairro Industrial, que já foi respondida, mas faço questão de fazer menção aqui à pergunta: “Por que uma área recebe Auxílio Moradia e outra não, sendo que são da mesma quadra?” Volto a dizer, isso foi uma determinação judicial e a empresa cumpriu a determinação judicial e foi o Ministério Público que peticionou dessa forma. E a empresa simplesmente cumpre uma decisão.

Sra. ... (Moradora): Mas foi eles que mandaram cortar?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Foi o juiz que determinou, através de uma decisão, que fosse cessado os pagamentos.

Sra. ... (Moradora): No Ministério Público não foi isso que nós ficamos sabendo.

Sr. ... (Morador): Mas a empresa está depositando em juízo, não está?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): O quê?

Sr. ... (Morador): Mas a empresa está depositando em juízo?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Está sendo depositado em juízo, exatamente.

Sr. ... (Morador): Por que eles não liberam pra gente o que já está depositado?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Veja, nós seguimos a determinação judicial. Não podemos descumprir determinação judicial.

Sra. ... (Moradora): Mas, olha só, teve uns tempo atrás que já tinha sido liberado. O juiz falou assim que faltava eles pegarem o relatório de vocês, com o nome de quem estava recebendo, para poder fazer o pagamento. Quando estava para ser liberado o pagamento, eles falaram que vocês entraram com uma ação pedindo para

parar com o pagamento. E até agora ... (?) Não foi isso que nós ficamos sabendo ou o juiz é mentiroso!

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Não, não ... em hipótese nenhuma. Estou dizendo que a empresa faz a sua defesa e ela faz a sua defesa porque o acordo judicial previa que quem iria definir a continuidade ou não, dos pagamentos, eram os Estudos e a análise justamente referenciados pelo diâmetro em relação à periculosidade e assim por diante. Esses estudos foram analisados, foram apresentados. Não houve questionamento do Ministério Público em relação a isso, muito menos recurso do Ministério Público em relação à última decisão que determinou cessar os pagamentos.

Sr. ... (Morador): Mas, no caso, o que está depositado em juízo vocês vão fazer o pagamento ou não?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Veja, o pagamento ele era, ele foi acordado simplesmente enquanto os estudos não eram realizados para se definir se existiria a necessidade ou não de indenização e, também, de pagamento. E o Estudo específico em relação a isso apresentado e não questionado, volto a dizer, por nenhuma das partes, ele foi conclusivo em relação às distâncias e às normas técnicas.

Sr. ... (Morador): O Dr. Ivã, que é nosso advogado e acabou de dizer agora, ele falou que o juiz liberou a empresa para fazer o pagamento e está depositado em juízo, o que está depositado em juízo.

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Não vou discutir o que o Dr. Ivã mencionou, mas, a empresa segue a decisão judicial. A decisão judicial que hoje está em vigor e que existe, é que não deve ocorrer os pagamentos. Se em algum momento tiver uma decisão judicial nesse sentido a empresa, volto a dizer, irá cumprir a determinação judicial.

O morador Odilson Araújo gostaria de fazer uma pergunta oralmente.

Sr. Odilson Araújo: Boa noite a todos. Na verdade, pessoal, o que acontece é o seguinte: se pegar fogo ali fiquem tranquilos, a quentura não vai prejudicar vocês nem a fumaça não vai prejudicar vocês. É morte rápida. Na verdade, é que aqui é Paranaguá e Paranaguá, me desculpa, Paranaguá é um caos. Paranaguá é um caos. Paranaguá se

você for colocar uma lombada na tua rua você tem que ir na Câmara pedir. Esse problema que está tendo aqui é um problema de Paranaguá. Cadê os nossos políticos? Cadê os nossos vereadores? (Palmas) O mês que vem tem política, o mês que vem é política cadê eles aqui para virem falar ao nosso favor? Não tem nenhum! Não tem nenhum! O que acontece: Vicuña explodiu. Paranaguá todo sentiu. Não venha dizer que não teve problema que teve, teve telhados quebrados, teve janelas quebradas, teve um monte de coisa. Aquela cidade lá que pegou fogo nos tanques que a cidade toda teve que evacuar para não prejudicar a questão de fumaças. O que acontece? A gente pode vir aqui e fazer 500 perguntas para vocês que vocês vão ter seus argumentos, vocês vão ter suas respostas. A minha pergunta não é para vocês. A minha pergunta é para a nossa Secretária que está aqui e para o outro Secretário, até para a mocinha ali do bombeiro eu acho, não sei, deve estar totalmente perdida, tadinha. Queria que vocês tranquilizassem esse povo que está aqui, que se pegar fogo naquilo dali, ninguém vai ter que se precisar acordar de madrugada, com seus filhos no colo e sair correndo. Sair correndo para não morrer asfixiado e nem queimado. Queria que vocês se manifestassem e tranquilizassem o povo já que não tem político nenhum aqui, já que não tem prefeito aqui. Então, por favor, doutor, pode se manifestar? A nossa Secretária pode se manifestar? Tranquiliza a gente, poxa! E outra, pessoal, pagamento não vai livrar vocês de acidente. Pagamento mensal ali não vai livrar vocês de acidente. (Palmas) O que tem de acontecer é ter uma indenização. Tirar vocês daquele local. Aquele mensal ali não vai livrar vocês. Não vim aqui brigar por pagamento, tem que resolver. Não sei se a empresa é de vocês, vocês estão aqui representando e têm que ter as suas respostas, mas o povo tem que ser tranquilizado, por favor! (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Agradeço a manifestação do Sr. Odilson. O senhor Denilso de Paula também gostaria de fazer uma manifestação oral.

Sr. Denilso de Paula: O pagamento em juízo lá?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Obrigado, Sr. Denilso. A pergunta já foi respondida Sr. Denilso.

Sr. Denilso de Paula: Não querem pagar vocês!

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Sr. Paulo Cesan, da Vila Rute, ele pergunta sobre indenização. Essa questão já foi respondida. “Como podem afirmar que não vai haver congestionamento de caminhões, se esse fato já existe?” Acho que também já falamos sobre essa questão. “Por que não houve uma reunião com os moradores antes da construção dos tanques?”, também já explanei sobre essa questão. Na verdade, a CPA já foi implantada há muitos anos. Vejam que essa discussão do Ministério Público remonta a 2009. Então, os questionamentos feitos pelo Município à época foram respondidos e foram atendidos todos os pontos que o Município solicitou.

Claudiane Carvalho, Serraria do Rocha: “É fato que a empresa tem prejudicado e perturbado a vizinhança...”, ah, você quer fazer sua pergunta oral? Ok.

Sra. Claudiane Carvalho: Boa noite, pessoal, eu moro na Serraria do Rocha, esse mapa está desatualizado pelo que estou vendo aqui. Ali, ao lado, tem uns silos e não estou vendo os silos e a Francisco Machado que está ali, é a Ludovica Bório que é a nossa rua, que é por onde passarão os caminhões que você diz que está fora da área de risco. Também tem uma coisa, mesmo que não seja ali a Ludovica Bório, mesmo assim o fluxo de caminhão por ali é intenso, vai prejudicar de qualquer forma os moradores dali. Porque a CPA das nossas casas, acho que não tem nem 100 metros, sabe? Então, outra coisa... Não adianta virmos aqui fazer um monte de questionamento para vocês, porque vocês só vão enrolar a gente. (Palmas) Vocês nunca fizeram nada pensando, já estão enrolando desde o início. Não adianta eu perguntar, eu queria fazer um monte de perguntas, mas não vou perder meu tempo. Agora, quero fazer uma pergunta aqui para o responsável que devia estar visando por isso, que devia estar olhando a população, que devia estar cuidando do meio ambiente, o Furuzawa, por que as licenças são liberadas para vocês e por que o IAP libera licença para vocês? Porque nós temos ali as CPA, ao lado a CPL que tem silos e ao lado tem a Cattalini e, fazendo um L, tem mais tanques da Cattalini. Por que eles conseguem liberação, por que eles conseguem licença? De que forma, que critérios são usados para liberar esta licença? Porque tem um pessoal lá, na Alexandra, querendo licença para contratar mais de 200 pessoas para um pátio de container e não consegue, o IAP não libera. E lá é geração de emprego, isso aí é uma bomba no bairro da gente. Isso é perigo! (Palmas)

Então eu queria dizer o seguinte, seu Furuzawa, queria que o Senhor respondesse para esse meu questionamento que é uma dúvida de todo mundo: que critérios o Senhor usa para liberar licença? Porque tem gente querendo empregar e não consegue licença do IAP e, sei lá, mas, os órgãos competentes que deviam estar olhando pelo Município, olhando pelos bairros, pelos moradores, deixa aí largados, largados, porque estamos no meio dessa bomba e estávamos lá muito antes dessas empresas, entendeu? (Palmas) E agora falar "não tem risco", como que não tem risco? Tem risco sim, porque eu estive pesquisando, tem risco de trovoadas, de raios, tem vários riscos. O que já tem acontecido pelo Brasil e pelo mundo afora. E dizer que o bombeiro tem um plano que vai conter as chamas, que vai conter incêndio, não vai. Em Santos, queimou até o fim, porque eles não tinham como apagar. Então, digo aqui: Paranaguá, se, Deus o livre, acontecer um incêndio em um desses tanques vai causar um efeito dominó, porque nós estamos no meio de um "L" cercados de tanques - 44 da Cattalini, 17 da CBL, 8 da CPA, e tem mais tanques da Cattalini ainda. Quem que olha por nós, cadê a Prefeitura, cadê o Plano Diretor, cadê o IAP, cadê o Secretário do Urbanismo que deveriam estar olhando por isto, olhando por nós? Quem que é por nós? Nem o Ministério Público está aqui para nos defender! Cadê o Ministério Público? (Palmas)

Estou aguardando Senhor a sua resposta. (Muitas conversas paralelas e brincadeirinhas!!!)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Dando continuidade. O Secretário fará uma demonstração ao final. Correto, Secretário? Ao final, o Secretário fará a manifestação.

Vamos lá. Senhora Marília Franci Dias, moradora do Bairro Industrial. (Não falou)

Josué da Silva, Vila Rute, por favor. Microfone, por favor.

Sr. Josué da Silva: Boa noite a todos, aos presentes, aos vizinhos aqui. Eu moro na Vila Rute há 35 anos, quando lá chegamos já tinham moradores há mais de 30. Então, quer dizer, já com esse número de anos, refutamos esta situação de que nós chegamos por último lá. Não, nós já estávamos lá. Quanto à situação de ter

empreendimentos na cidade, queremos que isto aconteça sim, mas não desta maneira que está acontecendo. As perguntas que eu iria fazer, já fizeram, parte delas, uma delas específica era sobre a questão que até o folheto relata, que, com esse, empreendimento vai acontecer a valorização imobiliária. É o contrário. Tudo decai, tudo fica depreciativo, a qualidade de vida ali já é uma lástima com as empresas que têm lá. Quando falamos lástima, não é condenando a empresa, é porque a questão dos moradores que estão ali é insuportável. A minha mãe acabou de sair daqui, uma senhora com 70 anos, ela começou a ter diversas situações de problemas respiratórios. As três Vilas ali, estão com população gigantesca de pessoas idosas, pessoas que estão beirando seus 50 a 80 anos. Então, o que daria para ser feito, eu acredito que parte das perguntas não vai ser resolvida pelos Senhores. E o que causa indignação é essa inércia da Prefeitura em fazer todo esse apoio para as empresas e não dar esta contrapartida para os moradores. Então, pegando aqui o gancho do Hermes, o professor, fica aqui também essa indicação para que a empresa se aproxime à comunidade, ao colégio, estreite as conversas. Porque, pelo que deu para entender ali, o fluxo de caminhões vai passar por dentro da Ludovica Bório, é uma rua de cinco metros, repleta de casas, e isso cortando a Francisco Machado que é um bairro, um ótimo bairro. Então, de antemão, já dá para prevermos que vai ter muito problema. Problemas que já acontecem na cidade toda. Por ter uma Prefeitura que é de uma inércia total, de ter uma segurança de trânsito, a parte de trânsito também de uma inércia total. Quanto aos caminhões que a senhora falou ali, sim, os caminhões vivem e anoitecem ali nas vias e não tem fiscalização alguma. Então, a minha pergunta seria praticamente a indicação que os senhores se aproximem ao Hermes, marquem conversas com a população. O empreendimento acredito que vai sair, independente do que ocorra, vai sair. Mas, vai ter muito problemas mais à frente, porque são três bairros populosos com pessoas já de uma certa idade, idades avançadas. Então fica essa observação para os senhores e a nossa vontade é que a cidade cresça, mas não da maneira que está crescendo, completamente desordenada e que só visa o lucro, só o capital. (Palmas)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Muito obrigado pela ponderação e pela sugestão. Como já havia afirmado para o Senhor Hermes, certamente a sugestão será

acatada pela empresa de se aproximar tanto da escola, quanto da comunidade. Vejam, houve uma afirmação ali que a imagem, na verdade, isso não é um mapa é uma imagem da época em que esse Estudo foi desenvolvido em relação ao empreendimento. O empreendimento não... a Rua Ludovica Bório não está dentro do empreendimento. Os caminhões não passarão pela Ludovica Bório. Ela é anterior. Do tanque à Ludovica... (Tumulto) ... do tanque à Ludovica Bório dá mais de 100 metros.

Professor Hermes: Olá, pessoal. Por favor, com licença. A questão não é fazer esse afrontamento, a questão é explicar que vocês estão com um grande problema para resolver. Isto é fato. A questão do pátio de vocês, que quase é coligada com a União Volpac, um pouco mais à frente, os caminhões ali, eles vão fazer o trajeto quadrado. Eles vão vir ali pela Bento Rocha, vai entrar na Santa Rita, vai converter à direita, e vai entrar na Ludovica Bório, que seja ou entrada ou saída do pátio. Ele vai fazer esse trânsito. Ou vocês podem afirmar para nós aqui que eles vão utilizar só a Santa Rita. Eles vão entrar pela Santa Rita e sair pela Santa Rita que não converge, não converge a manobra ali?

Sra. ... (Moradora): E mesmo que pegue ali a Francisco Machado ali tem um monte de casa. Aí você vem dizer que está tudo bem com o Estudo Viário? E as escolas, e o trajeto que vai gerar ali para todos esses pátios, todos estes tanques, tem a Escola Costa e Silva, tem o Bento, e têm as ruas ali na Francisco Machado, e vocês não pensam nisso, no transtorno que vai ser o fluxo de caminhão ali?

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Por favor, esclarecimento ali. O microfone, por favor.

Sr. Luiz Afonso (Engenheiro Secretaria Meio Ambiente): Só para esclarecer a dúvida levantada pelo companheiro ali. Meu nome é Luiz Afonso, sou Engenheiro Agrimensor da Secretária de Meio Ambiente. A Rua Ludovica Bório está posicionada bem na base da foto ali, é meio uma curva. Ali é a Ludovica Bório, fica depois do prédio da Fertibras, certo? Portanto, o acesso, não é na Ludovica Bório é lá dentro da propriedade da empresa. Estou só explicando. Calma, estou só explicando o que está posicionado ali. É o que tá explicado ali, gente. Só estou explicando isso. Não está errado é aquilo ali! (Obs: Eles não concordam e “teimam” que a Ludovica será

atingida!) O que pode acontecer, que vocês têm transtornos, é de os caminhões estarem estacionando na Ludovica Bório hoje. Isto pode acontecer. Mas o acesso para empresa é lá pela Santa Rita, entra naquele plano onde tem os tanques ali e entra por trás do próprio terreno da empresa (Aponta para o Mapa no telão). Não é na Ludovica Bório. Os silos estão antes do trilho, o limite da empresa é antes do trilho, é antes da linha férrea. Ali é a linha férrea, é antes da linha férrea o acesso. A Ludovica Bório está aqui embaixo. Ali é a Ludovica Bório. Não tem problema de mapa, a indicação é na imagem e é o que está lá. Vocês estão interpretando errado. (Está mostrando no Mapa apresentado pela empresa no telão!)

DR. CESAR L. SOARES NETO (CPA): Em relação aos questionamentos e às inscrições aqui, elas encerraram. Passo a palavra ao Secretário para que ele possa fazer os esclarecimentos e o fechamento em relação à Audiência Pública.

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE (Sr. Marcos Furuzawa): Bom, primeiro quero me desculpar. No início da reunião eu nem disse boa noite a vocês. Quero me desculpar. Quero dizer para vocês que esta Audiência Pública ela não quer dizer que este empreendimento está aprovado. Ela é somente consultiva e que todo material apresentado dentro da empresa deste licenciamento, está dentro do site da Prefeitura. Dentro do site da Secretaria de Urbanismo. Qualquer questionamento que possa ser feito a partir de agora é lá na Secretaria de Urbanismo. Têm mais 30 dias para que vocês possam se manifestar. Está certo? E todos os questionamentos que foram feitos aqui estão sendo anotados (Taquigrafados) e terão que ser respondidos pelos técnicos da empresa. O importante que eu acho que, essa evolução que existe hoje, dentro da Prefeitura, na questão desses novos empreendimentos, é isto que está acontecendo aqui, agora, que é a colocação da população em relação ao empreendimento. Isso, antigamente, não existia. A Prefeitura não é omissa, mas a Prefeitura não faz os projetos. Ela fiscaliza. Dentro de um Termo de Compromisso que vai ser assinado ao final, da talvez aprovação deste projeto, a Prefeitura ela irá fiscalizar. Vejo, agora, com a Adriana aqui, que o nosso corpo técnico também irá fazer alguns questionamentos, sim, ao empreendimento deles. E que essas manifestações de vocês já foram ouvidas por mim, pela Secretaria do Urbanismo e pela Adriana, que é Secretária do Meio Ambiente. Está certo? Então, a partir de agora, 30 dias para vocês

se manifestarem lá, no Urbanismo. Está certo? Trinta dias. Agora, se a população em 30 dias não se manifestar em nada, quer dizer que a população local aceitou o que eles disseram. Está certo? Bom. A questão que aquela senhora falou, por que o Urbanismo libera esses empreendimentos? A Prefeitura não faz a parte do IAP. A Prefeitura exige que a empresa apresente todos os licenciamentos ambientais. O que a Prefeitura faz é fiscalizar. Nós temos que seguir as leis que estão escritas no âmbito municipal, estadual e federal. Se eles não apresentarem todos os licenciamentos, ou todas as leis que regem sobre a ocupação, eles não serão aprovados. Então, volto a dizer, esta Audiência Pública de hoje é uma das pequenas etapas em que eles estão passando para a aprovação do empreendimento deles. Isso que está acontecendo hoje, não diz que eles estão aprovados. Além desta apresentação, a empresa terá que fazer uma outra apresentação no nosso Conselho do Plano Diretor. Este Plano Diretor é composto por três partes: o Poder Público, o Poder Estadual e Federal, onde participam: Conselheiros do IBAMA, do IAP, do Poder Público e da população. Ele é composta por essas três entidades. E que esta empresa terá que fazer a apresentação perante todo esse Conselho, está certo? Então, a aprovação deles está muito longe de acontecer. A próxima reunião do Conselho Diretor será no final de agosto, mas, provavelmente, a apresentação deles não será em agosto. Será em setembro ou outubro. Estão convidados a participar também. A questão, hoje, também que falaram que as pessoas não aparecem aqui, é uma questão de participação. Porque a obrigação deles foi colocar faixas, rádios, jornal, para que esta Audiência Pública iria acontecer hoje aqui. A divulgação foi feita. Nós monitoramos, eles sabem que nós monitoramos essa divulgação. A divulgação de hoje monitoramos muito firme. Porque nós exigimos a comprovação, está certo, gente?

A Prefeitura tem algumas etapas que ela exige que esta empresa cumpra. Não só ela. Se vocês tiverem a curiosidade de saber, dentro do site da Prefeitura, na Secretaria de Urbanismo, tem todo esse material que eles apresentaram, que eles e outras empresas que estão também sofrendo a análise de Estudo de Impacto de Vizinhança. Então, não só a empresa dele tem no nosso site, mas todas as empresas que estão aprovando estão lá também. Inclusive a apresentação de hoje vai estar disponível no nosso site. Isso é transparência. É um avanço pequeno, mas é um avanço

que hoje existe na aprovação desses empreendimentos, que são grandes, têm impactos. Tudo que for acordado e que tiver dentro depois de um Termo de Compromisso, o que a Prefeitura vai fazer é: se ele diz, se ele diz, que “lá não tem caminhão”. Oh, ele que disse. Se eu achar depois em uma fiscalização que tem caminhão, ele será punido, porque ele não cumpriu.

Sr. ... (Morador): Por que ela fez a ligação lá três, quatro vezes e eles não foram fiscalizar?

Bom, sabemos que hoje o corpo da Demutran é muito falho. Nós sabemos. Se vocês não sabem, e que vocês devem utilizar, devem utilizar, e que já está sendo um canal muito bom, chama-se Ouvidoria. Quantas pessoas daqui já foram na Ouvidoria do Município? Ela funciona, gente, porque ela funciona. Ela funciona porque são pessoas que estão monitorando o que as Secretarias fazem. Eles – “Olham, vocês não foram ver, a reclamação continua”. Então, procurem algumas coisas que possam nos ajudar. Um processo hoje que se inicia na Ouvidoria, a Adriana também sabe, nós respondemos, nós, Secretários, diretamente na Ouvidoria. Nós não passamos para um funcionário responder. Acho que o Canal Ouvidoria vocês devem utilizar. Está certo? E a Adriana recebe muitas pessoas diariamente na sua Secretaria, assim com o Urbanismo também recebe. A Secretaria de Urbanismo, hoje, aqui, e a Secretaria de Meio Ambiente, aqui, também, estão de portas abertas a qualquer momento para vocês. Não precisa marcar horário porque estamos diariamente trabalhando. Eu não sou funcionário fantasma e a Adriana também não é funcionário fantasma.

Sra. ... (Moradora): Onde que fica a Ouvidoria?

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE (Sr. Marcos Furuzawa): A Ouvidoria está, hoje, ali no Terminal de Ônibus ali. Perto do INPS. Pois é. Você também pode ligar diretamente lá para a Guarda Municipal. Dentro da Guarda Municipal também tem uma Ouvidoria. Você pede para falar diretamente na Ouvidoria.

Sra. ... (Moradora): O 153 não funciona.

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE (Sr. Marcos Furuzawa): Funciona. Não. A Ouvidoria. Veja só. Foi criado dentro do Demutran uma Ouvidoria também. Eles

também são independentes. Eu sei que a Ouvidoria dentro do Demutran funciona também. Porque a Ouvidoria ela não é para ser conivente com ninguém. Ela é para ouvir os munícipes. Está certo?

Veja, caso deles, é um caso que ele falou, que ele disse que é um EIV Corretivo. Um EIV Corretivo é quando a empresa já está trabalhando no local. Existem vários empreendimentos a serem licenciados em Paranaguá que, no momento, não estão funcionando. Têm outras empresas que querem se licenciar que eles não estão funcionando, porque eles não funcionavam antes. Veja só...

Eu vou declarar agora encerrada esta reunião. É que desta forma não funciona. (Muito ti-ti-ti e o Secretário encerrou neste momento, mas eles continuaram ...)

Vejam só, se não estiver no papel, se não estiver escrito um compromisso com a empresa, não vale nada. O que nós estamos abrindo aqui com vocês é um canal. Por enquanto eles estão apresentando os documentos que a Prefeitura exige. Vamos ver no final se vai ser aprovado, está certo?

Voltando a falar para vocês que 30 dias é o prazo legal para que seja escrito as reclamações de vocês. Está certo, gente: trinta dias! Gente, a Secretaria de Urbanismo está à disposição de vocês a qualquer horário no prédio da Prefeitura, está certo?

A Secretária de Meio Ambiente vai falar um pouquinho para vocês.

SECRETÁRIA ADRIANA: Gente, assim. Para vocês entenderem que não adianta nada a gente gritar, bater boca aqui se não for nesses 30 dias colocado no papel lá, na Secretaria de Urbanismo, o que vocês querem que esteja no Termo de Compromisso que a empresa vai assinar. O Plano Diretor, lá, em 2007, por exemplo, se vocês tivessem durante os 30 dias de prazo feito isto, vocês poderiam não estar na Zona Industrial hoje. Porque lá, em 2007, aconteceu a mesma coisa que está acontecendo hoje, aqui, e ninguém se manifestou. Exatamente. Por isso que eu estou insistindo, na verdade, quem encerra a Audiência é só o Marquinhos. Eu subi aqui junto com ele só para isso. Para que vocês tenham consciência de que nesses 30 dias que vão correr de agora em diante, vocês têm a obrigação, na verdade, para cuidar do bairro de vocês, de ir até o Urbanismo e fazer as colocações de vocês, por escrito, para constar no

termo de ajuste, no termo que a Prefeitura vai fazer com a empresa. É isso que a gente, na verdade, precisa. Então, assim, se lá, em 2007, de repente, por falta de informação, tivesse acontecido o que está acontecendo hoje, a participação, pode ser que vocês não estivessem dentro da Zona Industrial hoje. É por isso que estou insistindo nos 30 dias, gente! Isso é muito importante que vocês coloquem no papel o que vai constar no termo que a empresa vai assinar se responsabilizando por fazer.

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE (Sr. Marcos Furuzawa): Essas colocações que foram feitas aqui, eu considero muito saudável e acho que a Pasa, eu conheço a Pasa, e a Pasa, nos trâmites que ela tem na Prefeitura, ela é muito honesta. Eu duvido que alguém da Pasa vai negar alguma informação ou que receba uma comissão de vocês. Eu acho que vocês não precisam mais fazer isso, porque acho que a própria Pasa irá fazer esse contato com vocês. Eu tenho certeza. Certeza. A Pasa e a CPA é o mesmo grupo. O Marco é uma pessoa excelente, eu trabalho com ele quase que diariamente. Ele é uma pessoa fantástica. Eu gostaria que vocês o tivessem como um elo de ligação. Está certo, gente? Eu posso afirmar para vocês que a empresa deles não está tentando enganar ninguém. Nós somos muito duro com eles, o Marcos sabe, e que qualquer coisa que eles não cumpram, não libero para eles. Está certo? Então, gente, vale para o rico, vale para o pobre também. Se vale para o pobre, vale para o rico também. Está certo, gente?

A Secretaria de Urbanismo está aberta a todo e qualquer questionamento que vocês possam fazer, está certo? Diante disso, declaro encerrada esta Audiência Pública, agradeço a presença de todos e digo que a Prefeitura está de portas abertas a vocês. Está certo? Obrigado então. Está encerrada esta Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança da empresa CPA. Boa noite.

(Audiência Pública Taquigrafada e transcrita por Maria Elisa Rebello – Taquígrafa Juramentada – 27 de julho de 2016)